

**AO(À) ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) AGENTE DE CONTRATAÇÕES DO
MUNICÍPIO DE OUVIDOR/GO.**

Pregão Eletrônico – SRP n.º 010/2024

ALEX MACHADO NUNES & CIA CONSTRUÇÕES LTDA, devidamente qualificada nos autos do processo licitatório em epígrafe, conforme documentos de habilitação analisados neste certame, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, por intermédio de seu procurador/representante legal ao final assinado, com fundamento no artigo 165, §4º, da Lei n.º 14.133/2021, apresentar suas **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela recorrente Domus Construções e Empreendimentos Eireli, que se passa a impugnar mediante as razões de fato e de direito aduzidas.

Oportunamente, requer que o presente recurso seja devidamente recebido e que, ao final, seja negado provimento para manter incólume a respeitável decisão proferida pelo(a) Sr.(a) Pregoeiro(a).

Nestes termos, pede deferimento.

Araguari/MG, 06 de junho de 2024.

ALEX MACHADO NUNES & CIA CONSTRUÇÕES LTDA

PROCURADOR

CONTRARRAZÕES RECURSAIS

Processo Licitatório: SRP n.º 010/2024

Recorrente: Domus Construções e Empreendimentos Eireli

Recorrida: Alex Machado Nunes & Cia Construções LTDA

Tópico 01

DA TEMPESTIVIDADE

1. - O artigo 165, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021¹, bem como o item 11.2 do Edital estabelecem o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso administrativo. Enquanto o §4º² do mesmo artigo deixa claro que será concedido o mesmo prazo do recurso para a apresentação de contrarrazões.
2. - Assim, considerando que o recurso foi juntado no sistema tão somente no dia **03/06/2023**, logo seu prazo começou a fluir no primeiro dia útil seguinte, qual seja, dia **04/06/2024 (terça-feira)**, razão pela qual encontrará seu termo somente no dia **06/06/2024 (quinta-feira)**.
3. - Portanto, as presentes contrarrazões ao recurso administrativo são tempestivas, motivo pelo qual requer que sejam devidamente recebidas e, ao final, acolhidas para que seja mantida intacta a decisão vergastada.

Tópico 02

DA SÍNTESE DOS FUNDAMENTOS RECURSAIS

¹ Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem: I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de: [...]

² §4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

4. - A empresa Recorrente sustenta, em síntese, que a proposta apresentada pela empresa recorrida Alex Machado Nunes & Cia Construções Ltda é inexequível e, para tanto, apresenta uma série de valores que reputa como corretos para a composição dos custos, objetivando comprovar sua tese.
5. - Todavia, como é sabido e ressabido, os preços praticados no mercado são variáveis e oscilantes por uma série de fatores, inclusive, mas não se limitando, em decorrência do volume operacional da empresa, de modo que, via de regra, empresas maiores possuem mais condições de absorver ou reduzir o preço de aquisição de insumos e, conseqüentemente, produção de mercadorias.
6. - A despeito do recurso administrativo não se mostrar como o instrumento jurídico adequado para impugnação de questões subjetivas e meramente mercadológicas, em razão dos fundamentos invocados pela Recorrente será necessário, ainda que de maneira sumária, adentrar em determinados assuntos que, normalmente, são alheios ao debate nesta via recursal.
7. - Realizada essa breve introdução, se passa à impugnação dos fundamentos invocados em desfavor da Recorrida.

Tópico 03

DO MÉRITO RECURSAL

DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA APRESENTADA:

8. - De plano, é imperioso ressaltar que a melhor doutrina, capitaneada pelo festejado doutrinador Marçal Justen Filho (*in* Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas, 2021, p. 724), conceitua “preço inexequível” como:

[...]

A inexequibilidade do preço consiste na insuficiência da remuneração pretendida pelo licitante para a execução do objeto descrito no edital. A inexequibilidade se verifica quando o custo (direto e indireto) para executar a prestação, tal como descrita no edital de licitação, é superior ao valor da remuneração pleiteada pelo licitante.

9. - O mesmo doutrinador ainda é contundente ao afirmar que “não se admite limite a fixação de preço mínimo numa licitação de desembolso”.
10. - Nesse diapasão, fica evidente que não há que se falar em inexecuibilidade da proposta de preços caso o valor da remuneração proposta seja suficiente para a execução do objeto descrito no edital.
11. - A despeito disso, infundadamente a Recorrente sustenta que o preço ofertado pela Recorrida, no valor unitário (t) de R\$ 396,00 (trezentos e noventa e seis reais) seria inferior aos preços de custo para a produção do material objeto da licitação. E, na tentativa de comprovar sua alegação, apresenta diversos cálculos aplicados à sua realidade (que é diferente da realidade da Recorrida) que demonstrariam um preço de custo superior ao da proposta vencedora apresentada pela Recorrida.
12. - Consoante já foi mencionado acima, o mercado não possui um critério previamente determinado para fixação de preços para todas as empresas do país, de modo que diversos fatores podem influenciar a precificação de um produto, como, por exemplo, (i) volume de compra; (ii) forma de pagamento: à vista ou a prazo; (iii) tempo de relacionamento comercial, dentre outros incontáveis fatores.
13. - No caso em testilha, a empresa recorrida consegue entregar o produto pelo valor apresentado em sua proposta e obter um lucro de aproximadamente **R\$ 16,81 (dezesseis reais e oitenta e um centavos) por tonelada**, já deduzidos todos os gastos diretos e indiretos (inclusive aqueles mencionados pela Recorrida e não indicados pelo órgão contratante na tabela de composição de custos disponibilizada no processo licitatório).
14. - Para facilitar a compreensão, passa-se à indicação de alguns apontamentos que objetivam esclarecer e facilitar a análise da documentação que instrui a presente petição.

1) DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE (DMT):

15. - Primeiro, no tocante ao DMT, a empresa PAM considerou o valor de **106 km** como referência. Entretanto, embora a Recorrida tenha utilizado como parâmetro uma quilometragem maior que a indicada pela Recorrente, o preço de custo da Recorrida é menor tendo em vista que faz parte da rotina da empresa buscar insumos, a exemplo de areia, na cidade de Anhanguera, próxima de Ouvidor.

16. - Desta forma, a empresa Recorrida consegue reduzir o seu preço de custo com o transporte de mercadorias para a cidade de Ouvidor, uma vez que o mesmo caminhão que levaria a massa asfáltica para o órgão contratante, logo em seguida se deslocaria para a cidade de Anhanguera e faria o transporte de areia para a empresa, reabastecendo seu estoque.

17. - Em outras palavras, significa dizer que a Recorrida consegue deixar de cobrar a quilometragem referente ao trecho de Araguari/Anhanguera e Anhanguera/Araguari, eis que se trata de um custo habitual da empresa, que já seria necessário independentemente da contratação com a Prefeitura de Ouvidor.

18. - Assim, torna-se possível calcular a despesa de transporte exclusivamente entre o trecho de Anhanguera/Ouvidor e Ouvidor/Anhanguera, reduzindo sistematicamente seu preço de custo com a realização do transporte.

2) TRAÇO:

19. - A Recorrida sustenta que para a composição da Faixa “C” segundo as normas do DNIT seria necessário observar a seguinte fórmula:

- i. CAP: 5,2%;
- ii. Brita ¾: 18,01%;
- iii. Brita 0: 36,02%; e,
- iv. Pó de pedra: 40,76%.

20. - Ocorre que, segundo o item 5.2 da Norma DNIT n.º 031/2006, que regulamenta a realização de “pavimentos flexíveis, concreto asfáltico e especificação do serviço”, é admitido utilizar, na faixa “C”, entre **4,5 a 9%** do ligante asfáltico. Veja-se:

Peneira de malha quadrada		% em massa, passando			
Série ASTM	Abertura (mm)	A	B	C	Tolerâncias
2"	50,8	100	-	-	-
1 ½"	38,1	95 - 100	100	-	± 7%
1"	25,4	75 - 100	95 - 100	-	± 7%
¾"	19,1	60 - 90	80 - 100	100	± 7%
½"	12,7	-	-	80 - 100	± 7%
3/8"	9,5	35 - 65	45 - 80	70 - 90	± 7%
Nº 4	4,8	25 - 50	28 - 60	44 - 72	± 5%
Nº 10	2,0	20 - 40	20 - 45	22 - 50	± 5%
Nº 40	0,42	10 - 30	10 - 32	8 - 28	± 5%
Nº 80	0,18	5 - 20	8 - 20	4 - 16	± 3%
Nº 200	0,075	1 - 8	3 - 8	2 - 10	± 2%
Asfalto solúvel no CS2(+) (%)		4,0 - 7,0 Camada de ligação (Binder)	4,5 - 7,5 Camada de ligação e rolamento	4,5 - 9,0 Camada de rolamento	± 0,3%

21. - Ou seja, não se deve, necessariamente, adotar como correto o percentual de 5,2 indicado pela Recorrente.

22. - Realizado este breve esclarecimento, é importante destacar que, quando da apresentação da proposta, a Recorrente utilizou como parâmetro de **4,6%** de utilização do CAP (documentos em anexo), ou seja, atendendo as normas técnicas.

23. - A Recorrida utiliza os seguintes percentuais na produção de seu material (sem qualquer infração às normas técnicas):

- i. CAP: 4,6%;
- ii. Brita ¾: 14,25%;
- iii. Brita 0: 23,75%; e,
- iv. Pó de pedra: 57,4%.

24. - Em outras palavras, significa dizer que, inequivocamente, o valor sugerido pela Recorrente seria maior do que o apresentado pela Recorrida, afinal o CAP representa o maior preço de custo na produção do material licitado, de modo que a composição distinta auxilia proporcionalmente na redução ou majoração do preço de custo.

3) VALORES UNITÁRIOS DOS INSUMOS:

25. - Abaixo segue a descrição dos preços de custos da Recorrida com os insumos utilizados para a produção do produto (notas fiscais em anexo):

- i. CAP (já incluso transporte): R\$ 4.600,00/t³;
- ii. Brita ¾: R\$ 59,00/t;
- iii. Brita 0: R\$ 59,00/t;
- iv. Pó de pedra: R\$ 59,00/t; e,
- v. Óleo: R\$ 3,90/l.

4) TRANSPORTES:

26. - O Recorrente sustenta que o custo calculado da empresa PAM com transporte, considerando combustível e pedágios, seria de R\$ 320,14 por viagem, ou seja, um custo por viagem de R\$ 26,70 por tonelada. Este cálculo foi feito a partir da premissa de que cada viagem transportaria 12 toneladas.

27. - Entretanto, diferentemente dos custos da empresa recorrente, a Recorrida possui o custo, por quilômetro, de R\$ 3,22 (três reais e vinte e dois centavos), conforme comprova a planilha em anexo.

³ Preço de custo na nota fiscal por tonelada: R\$ 4.200,00. Frete por tonelada: R\$ 400,00.

COMPOSIÇÃO DE CUSTO

EQUIPAMENTO: CAÇAMBA (KM)

MARCA:	
ANO:	2017/2018
POTÊNCIA:	
VALOR AQUISIÇÃO:	300.000,00
VIDA UTIL:	1.000.000,00
DEPRECIÇÃO:	0,30

DESCRIMINAÇÃO	QUANT.	UNIT.	TOTAL
KM TRAB.	1,00	0,30	0,30
MOTORISTA: S+Enc.S.	0,11	1,91	0,22
CONSUMO DIÉSEL	0,43	5,25	2,28
LUBRIFICANTES		30,00	-
GRAXA		30,00	-
FILTROS			-
DIVERSOS			-
			-
CUSTO TOTAL KM			2,80
CUSTO UNITARIO (KM)			2,80
CUSTO UNITARIO (KM)		15%	3,22

28. - Partindo dessa conclusão e nos termos da planilha acima colacionada, é obtido um custo, por tonelada, de R\$ 20,08, bem abaixo daquele sugestionado pela Recorrente.

5) DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA E DOS CUSTOS TOTAIS PARA A USINAGEM E ENTREGA DO PRODUTO:

29. - Levando-se em consideração os custos e quantitativos acima expostos, chega-se à conclusão de que o preço de custo para a produção (incluindo mão de obra e energia), encargos fiscais e trabalhistas (aproximadamente 15%) e transporte da massa asfáltica até o local de destino seria de **R\$ 379,19 (trezentos e setenta e nove reais e dezenove centavos)**. Veja-se:

INSUMOS	TAXA	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
BRITA 0	23,75	692,54	59,00	40.859,75
BRITA 1	14,25	415,52	59,00	24.515,85
PÓ DE BRITA	57,40	1.673,76	59,00	98.751,56
CAP	4,60	134,13	4.600,00	617.015,02
ÓLEO RESIDUAL	10,00	29.159,50	3,90	113.722,05
ÓLEO DIESEL CARREGADEIRA		357,50	5,26	1.879,02
PÁ CARREGADEIRA		55,00	27,00	1.485,00
MÃO DE OBRA ENC LUENDER		1,00	3.138,86	1.993,18
MÃO DE OBRA AUX ADELINO		1,00	2.575,68	1.635,56
MÃO DE OBRA OP EQP FLAVIO		1,00	3.138,86	1.993,18
MÃO DE OBRA OP EQP MATHEUS		1,00	2.544,07	1.615,48
ENERGIA ELETRICA		2.915,95	4,90	9.072,98
VALOR TOTAL				914.538,62

DESCRIMINAÇÃO	DMT	PREÇO	TON	TOTAL
TRANSPORTE	106,00	3,22	17,00	20,08
CBUQ				359,11
VALOR DA MASSA COM O TRANSPORTE				379,19
SUGERIDO				396,00
DIFERENÇA				16,81

TRANSPORTE		
DE	PARA	KM
ANHANGUERA	OUVIDOR	62
OUVIDOR	TREV. ANHANGUERA	44
TOTAL DE KM		106

30. - Pode-se perceber, portanto, mesmo após considerar todos os custos operacionais e tributários incidentes sobre a operação, a Recorrida ainda obterá um lucro de **R\$ 16,81 (dezesseis reais e oitenta e um centavos) por tonelada se considerado o valor da proposta apresentada no certame (R\$ 396,00)**, o que comprova que o preço é exequível.

31. - Conforme lecionado Marçal Justen Filho (p. 729):

[...] não se pode excluir a possibilidade de que o particular tenha concebido uma solução que lhe assegure a redução de custos a patamares inferiores aos estimados pela Administração. Em tal caso, seria um despropósito promover a desclassificação de uma proposta que apresenta elevado nível de vantajosidade, eis que propiciará à Administração receber precisamente o que pretende por um preço ainda inferior ao que reputado exequível.

32. - Diante disso, fica cabalmente comprovada a exequibilidade da proposta apresentada pela Recorrida, motivo pelo qual deve ser negado provimento ao recurso administrativo, mantendo-se incólume a decisão atacada.

Tópico 04
DOS REQUERIMENTOS

33. - Ante o exposto, requer que o presente recurso seja recebido em seus efeitos devolutivo e suspensivo, e, ao final, seja **NEGADO PROVIMENTO** em sua integralidade, mantendo-se intocada a decisão administrativa que declarou vencedora a proposta apresentada pela Recorrida.

Nestes termos, pede deferimento.

Araguari/MG, 06 de junho de 2024.



ALEX MACHADO NUNES & CIA CONSTRUÇÕES LTDA

PROCURADOR